

### ATA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR – 2015

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Egrégio Conselho Superior, realizada no dia treze de março de dois mil e quinze, com início às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões do décimo sexto andar.

1 Às nove horas e vinte minutos do dia treze de março de dois mil e quinze reuniram-se na Sala  
2 do Conselho da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sita na Rua Cruz Machado, 58, 16º  
3 andar, Centro, Curitiba/Paraná, a Presidente do Conselho, Dra. Josiane Fruet Bettini Lupion,  
4 com os seguintes Conselheiros: Dr. André Ribeiro Giamberardino, Dr. Sergio Roberto Rodrigues  
5 Parigot de Souza, Dr. Erick Lé Ferreira, Dr. Alexandre Gonçalves Kassama, Dr. Dezidério  
6 Machado Lima e Dr. Antonio Vitor Barbosa de Almeida, também presente a Ouvidora Geral,  
7 Sra. Maria de Lourdes “Santa” de Souza. **DO EXPEDIENTE – A)** Cumprimentando a todos, a  
8 Presidente abriu a sessão, fez a conferência do quórum e instalou a reunião. **B)** No momento  
9 aberto, a palavra foi passada para a aprovada no II Concurso Público para a Carreira de  
10 Defensor Público, Ana Caroline Teixeira, que agradeceu a oportunidade de falar e falou sobre a  
11 alegria de ter finalmente entrado para o quadro de membros, em nome dos outros aprovados  
12 no concurso; parabenizou os colegas defensores que já estão atuando e recebeu as boas-  
13 vindas dos Conselheiros. **C)** O Defensor Dr. Eduardo Pião Ortiz Abraão pediu a palavra para  
14 fazer uma sugestão em relação à Execução Penal: sobre os seis núcleos a serem criados, pode  
15 haver, no art. 37, uma abertura para a criação destes; sugeriu a criação de um núcleo de  
16 Execução Penal, trabalhando dentro do universo de seis, não implementando todos, mas que  
17 Infância e Juventude é o mais importante a ser criado; não colocar todos os que estão na lei,  
18 mas colocar um ou dois, como Execução Penal e Direitos Humanos. **D)** Não houve  
19 apresentação de ata. **DA ORDEM DO DIA – 1)** A distribuição para o III Concurso ficou para o Dr.  
20 Alexandre Gonçalves Kassama. **2)** O início/distribuição de procedimento para abertura de  
21 Concurso para Servidores da Administração ficou para o Dr. Andre Ribeiro Giamberardino. **3)** O  
22 primeiro tema a ser discutido foi a indenização de 1/3 para os Assessores e também para os  
23 Defensores, relatado pelo Conselheiro Dr. Sergio: o relator entendeu que resta prejudicada a  
24 relatoria do protocolado por perda do objeto, uma vez que a Deliberação nº 1 de 2 de março  
25 de 2015 regulamenta o art. 150 da Lei 136/2011 no único ponto deixado em aberto pela  
26 redação legal, qual seja, a forma de fixação do valor da indenização, não fazendo, no caput do  
27 art. 4º, qualquer distinção entre membros e servidores, bem como considerando que o  
28 conceito de órgão de atuação também decorre da Lei 136/2011. Assim, cabendo à DPG a

29 regulamentação das demais questões pertinentes, encaminhou o protocolado a esta para as  
30 providências que entender cabíveis, em observância do art. 10, X, do Regimento Interno do  
31 CSDP. O Conselheiro Dr. Dezidério pediu vistas do protocolo, e trará encaminhamento já na  
32 próxima sessão. **4)** O tema seguinte foram os Suprimentos de Fundos e Fundo Rotativo,  
33 relatado pelo Dr. Erick, que afirmou que existe impossibilidade, pois está prejudicado porque  
34 não há Lei; o encaminhamento é para ser rejeitado, nos moldes da Lei Estadual 15.608/2007.

35 **Comunicações: a)** A Conselheira Santa disse que está sozinha e precisa de estagiários ou  
36 assessores para fazer atendimento ao público, pois fica muito tempo fora; falou sobre as  
37 manifestações que chegam sobre a ausência da DPPR em algumas localidades, como Campo  
38 Largo, e trouxe um memorando sobre o assunto; outro memorando trazido é sobre os fóruns  
39 descentralizados: as pessoas não são atendidas em certas regiões, como Santa Felicidade,  
40 Cajuru e Pinheirinho, nem na sede; sobre o evento “Justiça: Paz em Casa”, Santa disse que  
41 transferiu a responsabilidade para o GT de Mulheres, mas como ninguém poderia ir, ela  
42 compareceu; no final de semana do Dia Internacional da Mulher ocorreram várias atividades  
43 sobre a questão das mulheres; a Presidente, Dra. Josiane, disse que é importantíssimo um  
44 núcleo para a Violência contra a Mulher; a Ouvidora informou que solicitou dados de 2014  
45 sobre a violência contra a mulher em Curitiba; **b)** O Conselheiro Dr. Antonio informou que o Dr.  
46 Bruno minutou uma ação civil pública, juntamente com os demais defensores públicos que  
47 atuam na área criminal, que será ajuizada, para interditar o 11º Distrito, que está superlotado;  
48 que a atuação do COPED está difícil, pois não há verbas para passagens dos conselheiros do  
49 interior, e o órgão não está aparelhado adequadamente; o COPED historicamente é um  
50 conselho de extrema importância, sendo responsável, inclusive, pela indicação da lista de  
51 ouvidor da Defensoria Pública, razão pela qual a atuação daquele conselho tem repercussões  
52 diretas na Defensoria, afora a temática dos direitos humanos; esteve em reunião com  
53 membros do COPED juntamente com a Dra. Camille; o GTDH iniciou visitas aos equipamentos  
54 da FAZ, que está com poucas vagas, tendo a DPPR importante papel na efetividade dos direitos  
55 da população em situação de rua; Maringá está em situação difícil, com apenas uma Defensora,  
56 reduzido o atendimento a presos, ela atende todas as Varas de Execução Penal (VEP e VEPMA),  
57 e precisa de respaldo da Administração para sair da VEPMA, tendo em vista o término das  
58 designações de cumulação. **c)** O Conselheiro Dr. Erick sugeriu que a atuação em Curitiba deve  
59 ser expandida, não ficar focada no foro Central, que tanto Cível quanto Família devem ser  
60 atendidos também pelos fóruns descentralizados. A Presidente do Conselho sugeriu que  
61 fossem suspensos os trabalhos para o almoço, com a concordância dos demais Conselheiros. **5)**  
62 Retomados os trabalhos, o Conselheiro Dr. Antônio, relator, iniciou o tema a ser tratado: a  
63 Regulamentação dos Núcleos Temáticos, informando que, após pesquisas sobre trabalhos em

64 outras Defensorias, elaborou uma proposta que opta por uma atuação mais coletiva, menos  
65 individualizada, mais estratégica; ficam criados os seguintes núcleos, sem prejuízo dos já  
66 previstos em Lei: Direitos Humanos e Cidadania; Infância e Juventude; Promoção e Defesa dos  
67 Direitos da Mulher; Habitação, Urbanismo e Questões Fundiárias; Execução Penal; Política  
68 Criminal e Direito Penal. No art. 19 foi votado para estabelecer se é necessária a estabilidade  
69 para a função de Coordenador de Núcleos, ficando o resultado, com a ausência do Conselheiro  
70 Dr. André, em 5 votos a favor – Dra. Josiane, Dr. Alexandre, Dr. Antonio, Dr. Dezdério e Dr.  
71 Erick - e 1 contra – Dr. Sergio. Foi deliberado até o art. 19, parágrafo primeiro, ficando a  
72 deliberação, a partir do art. 20, para a próxima sessão, sendo votado e aprovado que compete  
73 ao Conselho Superior a escolha do chefe de núcleo, cabendo a designação à Defensoria Geral.  
74 **C) O encerramento da sessão:** A presidente encerrou a sessão, agradecendo a todos pela  
75 colaboração. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença de todos e deu  
76 por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Rosemeri Aparecida e Silva, Secretária  
77 Executiva, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada por mim, pela Presidente e por  
78 todos os presentes. Curitiba, treze de março de dois mil e quinze.

---

Rosemeri Aparecida e Silva

---

Josiane Fruet Bettini Lupion

---

Andre Ribeiro Giamberardino

---

Sergio Roberto Rodrigues Parigot de Souza

---

Maria de Lourdes de Souza

---

Alexandre Gonçalves Kassama

---

Antonio Vitor Barbosa de Almeida

---

Dezdério Machado Lima

---

Erick Le Ferreira